

**ATA DA 41ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS REALIZADA NO MINIAUDITÓRIO DA CODEVASF**

Data: 19/01/2005

Início: 9h30 – Término: 17h30

**MEMBROS PARTICIPANTES:**

1 –Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Sr. Sanderson Alberto Medeiros Leitão (samleitao@mct.gov.br)

2-Ministério do Meio Ambiente - MMA - SRH

Sra. Francis Priscilla Vargas Hager(francis-priscilla.hager@mma.gov.br)

3-Ministério da Saúde - MS

Sra. Girlene Rodrigues Leite (girlene.leite@funasa.gov.br)

4-Ministério de Minas e Energia - MME

Sr. Marcelo Jorge Medeiros (marcelo@df.cprm.gov.br)

5-Ministério do Meio Ambiente – MMA - ANA

Sr. Fernando Roberto de Oliveira (fernando@ana.gov.br)

6-Ministério da Defesa - MD

Sr. Dovanil Ferraz Camargo Jr. (dovanil@ig.com.br)

7-Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA

Ausência

8- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo

Sra. Maria Luiza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)

9-Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal

Sra. Gislene Maria dos Santos (gis\_ncg@hotmail.com)

10- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Rio Grande do Norte/Alagoas

Sr. Carlos Alberto Martins(cmartins@rn.gov.br)

11- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Paraná/Mato Grosso

Sr. Everton Luiz da Costa Souza (veto@pr.gov.br)

12- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro

Sr. Elcio Linhares Silveira (elciols@daee.sp.gov.br)

13-Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Sr. João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br)

14-Indústrias

Ausência

15 Pescadores e Usuários da Água para o Lazer e Turismo

Ausência

16-Comitês, Consórcios e Associação Intermunicipal das Bacias

Sr. José Luiz G. Mendonça (comitepardo@serhs.sp.gov.br)

17- Organizações não Governamentais

Sra. Ninon Machado de Faria Leme Franco(ipanemasede@yahoo.com.br)

**CONVIDADOS:**

Sra. Adriana Niemeier Pinús Ferreira (adriana.ferreira@mma.gov.br)

Sra. Cláudia Ferreira Lima (claudia.lima@mma.gov.br)

Sra. Dorothy C. P. Cesarini (dorothyc@cetesb.sp.gov.br)

Sr. Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)

Sr. José Cupertino Tenório Netto (jc-tenorio@uol.com.br)

Sra. Rachel Landgraf da Siqueira (rachel.siqueira@mma.gov.br)

**RELATOR:**

Sebastião Domingos de Oliveira (sebastiao.oliveira@mma.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às 10h do dia 19 de janeiro do ano de dois mil e cinco, sob a presidência do Sr. João Carlos Simanke de Souza, procedeu-se à abertura da 41ª Reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. O Presidente da CTAS agradeceu a presença de todos, deu as boas vindas e solicitou que fosse feita a auto apresentação. **Item II** – Aprovação da Ata da 40ª Reunião da CTAS. A ata foi aprovada, sem modificações. **Item III** – Nova composição da CTAS a partir de trinta e um de janeiro de dois mil e cinco – O Presidente relatou que a Secretaria Executiva do CNRH, em

atendimento às normas regimentais, encaminhara aos Conselheiros um ofício solicitando aos mesmos que se manifestassem sobre o interesse de participar da CTAS. Todos os segmentos que participavam da CTAS responderam afirmativamente à solicitação da Secretaria Executiva, bem como outros que também pleitearam um assento na Câmara. Em virtude de ter sido solicitado mais vagas do que as dezessete oferecidas, e como é regimental, a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL analisou e definiu os segmentos que irão compor a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do CNRH. A decisão foi tomada com base em critérios próprios e ficou definido que os segmentos que estariam fazendo parte da CTAS no período de primeiro de fevereiro de dois mil e cinco a trinta e um de janeiro de dois mil e sete seriam os seguintes: Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Ministério do Meio Ambiente – MMA-SRH; Ministério da Saúde – MS; Ministério de Minas e Energia – MME; Ministério do Meio Ambiente – MMA-ANA; Ministério da Defesa – MD; Ministério do Turismo – MT; Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo; Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal; Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Rio Grande do Norte/Alagoas; Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Sergipe/Pernambuco; Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro; Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; Indústrias; Pescadores e Usuários da Água para o Lazer e Turismo; Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias e Organizações não Governamentais, ficando como membros suplentes os seguintes segmentos: Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa - 1º suplente; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -MAPA – 2º suplente e os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Paraná/Mato Grosso como 3º suplente. Aproveitando a oportunidade o Sr. Simanke comunicou a todos que em atendimento ao regimento do CNRH que prevê a mudança de presidente a cada ano e como o seu mandato estava se findando disse que na próxima reunião da CTAS seria escolhido o novo presidente da CTAS. **Item 4** – Continuidade dos estudos visando a implantação do enquadramento das Águas Subterrâneas Brasileiras. – O Sr. Simanke dando início à discussão do tema solicitou à Sra. Dorothy, da CETESB, que fizesse uma breve apresentação sobre o enquadramento das águas subterrâneas brasileiras. Sra. Dorothy iniciou falando da necessidade imediata de se estabelecerem critérios técnicos para classificação e enquadramento de águas subterrâneas no Brasil. Disse também que o esquema de classificação de alguns estados americanos e da USA-EPA(1986) - enquadra a água subterrânea, na condição de qualidade natural, com base nos critérios de vulnerabilidade e interconexão, qualidade, valor social, econômicos e/ou usos preponderantes. Explicou também que no Estado de São Paulo a legislação ambiental não permite lançamentos diretos por infiltração, porém aceita, em alguns casos, lançamento indiretos, através da disposição de efluentes e resíduos em solos tais como: vinhaça, lodo de esgoto e efluentes gerados nas indústrias de alimentos. Também, segundo a Sra. Dorothy existe a aplicação destes lançamentos indiretos em algumas áreas, dentre estas estão as Áreas de Preservação Permanente – APP, Áreas de Recarga, Unidades de Conservação e terrenos com declividade acentuada. Finalizando, a Sra. Dorothy apresentou os critérios técnicos mínimos que a CETESB acredita serem necessários para constar no enquadramento das águas subterrâneas brasileiras, quais sejam: manutenção da condição de qualidade natural das águas subterrâneas brasileiras; não permitir poço de infiltração para lançamento de efluente direto e por último, permitir aplicação indireta de efluentes e resíduos sólidos no solo somente para atividades ligadas à indústria alimentícia, sucroalcooleira e cítricos, que apresentam valor agrônomo. Com restrição para as seguintes áreas: APM, área de recarga do aquífero, APP, Unidade de Conservação e terrenos com declividade. O Sr. Roberto Monteiro lembrou que na reunião dos dias quinze e dezesseis de fevereiro próximo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA estaria se reunindo para deliberar sobre a nova redação da CONAMA 20. Salientou ainda que o CONAMA estava retirando do texto original, em vigor desde mil novecentos e oitenta e seis, as águas subterrâneas e que a nova CONAMA 20 contemplaria apenas as águas superficiais. Com base nestas informações os membros da CTAS solicitaram ao Sr. Simanke que o mesmo representasse a Câmara na reunião do CONAMA, bem como solicitasse aos conselheiros daquele emérito Conselho, que revissem a decisão de excluir as águas subterrâneas da CONAMA 20, pois se isto se concretizasse, criaria uma lacuna legal na legislação ambiental brasileira no que diz respeito às águas subterrâneas, dificultando cada vez mais a gestão dos recursos hídricos brasileiros. O Sr. Simanke concordou em ir à reunião do CONAMA, desde que algum conselheiro do CONAMA lhe repassasse o direito de se pronunciar na plenária daquele Conselho. O que de pronto foi atendido pelo Sr. Roberto Monteiro, que é Conselheiro Honorário do CONAMA. Desta forma ficara acertado que o Sr. Simanke iria à reunião, pleitear a não exclusão das águas subterrâneas da nova resolução CONAMA 20. Após estes acertos, deliberou-se na CTAS que, independentemente dos resultados da reunião do CONAMA, seria necessário dar continuidade aos estudos, visando a implantação do enquadramento das águas subterrâneas brasileiras, através de uma resolução do CNRH e que deveria estar concluída no ano de dois mil e cinco, e para tanto era necessário constituir um Grupo de Estudos que pudesse elaborar uma minuta de proposta de enquadramento da água subterrânea brasileira. Acertou-se que este grupo de estudos se reuniria um dia antes da próxima reunião da CTAS, para a elaboração da base desta proposta. Ficou

119 determinado que inicialmente o Grupo de Estudos seria composto pelos seguintes membros: Sras. Dorothy -  
120 CETESB, Maria Luiza – IGAM-MG, Cláudia Lima – MMA/SRH e os Srs. Fernando Oliveira – MMA/ANA  
121 e Marcelo Medeiros - MME/CPRM. **Item 5** – Sr. Simanke anunciou o dia 16 de fevereiro próximo, em  
122 Brasília – DF, para a realização da 42ª reunião da CTAS e que a CTAS já deveria estar composta pelos  
123 novos segmentos aprovados pela CTIL, conforme citado anteriormente. Finalizando, o Sr. Presidente  
124 agradeceu as contribuições. Nada mais havendo a ser apreciado, a reunião foi encerrada, de onde extraiu  
125 esta ata que, após ser lida e aprovada pelos membros participantes da próxima reunião da CTAS, será  
126 assinada pelo Sr. Presidente e Sr. Relator.

127  
128 João Carlos Simanke de Souza  
129 Presidente

Sebastião Domingos de Oliveira  
Relator